

*O Brasil conta com uma ampla gama de serviços de assistência jurídica mútua (MLA), que podem ser prestados de acordo com tratados bilaterais e multilaterais ratificados pelo país e, na ausência de tais tratados, com base no princípio da reciprocidade.*

*Os pedidos de assistência jurídica internacional podem basear-se em uma convenção multilateral ou em um acordo bilateral em matéria criminal, desde que devidamente assinados e ratificados pelos Estados e validamente incorporados às respectivas ordens jurídicas domésticas.*

*Nesses casos, esses tratados internacionais estabelecem que o processamento de solicitações ocorrerá diretamente pelas autoridades centrais dos países, eliminando a necessidade de transmiti-las por canais diplomáticos. O Brasil conta com 12 tratados multilaterais que podem basear-se em uma solicitação de um pedido de cooperação jurídica internacional (MLA).*

*Além dos tratados multilaterais, o Brasil também possui acordos bilaterais em vigor com 21 jurisdições (Bélgica, Canadá, República Popular da China, Colômbia, República da Coreia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Jordânia, Honduras, México, Nigéria, Panamá, Peru, Reino Unido da Grã-Bretanha, Suíça, Suriname, Turquia, Ucrânia).*

*Por outro lado, o fato de não haver acordos ou convenções em vigor não significa que o Brasil não possa fornecer assistência legal mútua. Nessas situações, a base legal para solicitações usadas é o princípio da reciprocidade, garantindo que, em situações semelhantes, se necessário, o Brasil também atenderá a solicitações estrangeiras. O Art. 26 do Código de Processo Civil estabelece que, na ausência de um tratado, a cooperação jurídica internacional poderá ocorrer com base na reciprocidade, através dos canais diplomáticos.*

*De fato, se não for proibido por lei, e com base em acordos bilaterais, multilaterais ou reciprocidade, o Brasil pode fornecer as medidas mais amplas possíveis de cooperação internacional.*

*De acordo com o § 4 do artigo 26 do Código de Processo Civil, o Ministério da Justiça exerce as funções de autoridade central na ausência de designação específica. Na maioria dos tratados multilaterais, incluindo as Convenções de Viena, Palermo, Mérida e Nassau, a autoridade central é executada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça (DRCI).*

*Por outro lado, o artigo 14, IV do Decreto nº 9.662, 2019 declara que o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional é responsável por exercer a função de autoridade central, por meio da coordenação e instrução de solicitações ativas e passivas de pedidos internacionais. cooperação jurídica, por delegação do Ministro de Estado, a menos que haja uma designação diferente e específica.*

*Quando o DRCI recebe solicitações estrangeiras de cooperação jurídica internacional, as transmite imediatamente as informações ao Judiciário, ao Ministério Público ou à Polícia Judiciária, de acordo com a autoridade solicitante, a medida pleiteada e a eventual exigência de uma ordem judicial no Brasil. Os pedidos são enviados diretamente e sem demora às autoridades nacionais competentes para seu processamento.*

*A cooperação jurídica internacional não está sujeita a condições restritivas ou indevidas. O art. 26 § 3º do Código de Processo Civil estabelece que, na cooperação jurídica internacional, não será permitida a prática de atos que contradigam ou produzam resultados incompatíveis com as regras constitucionais fundamentais. Por outro lado, o art. 39 do mesmo Código determina que a solicitação será recusada se constituir uma ofensa clara à ordem pública.*